



# SIQUIRJ INFORMA

Nº 189

Ago/2017

Associados do Siquirj participam de conversa sobre a Reforma Trabalhista

Editorial

## Palestra sobre a Reforma Trabalhista “Conheça o que muda para as empresas”

Sinais da retomada econômica

No dia 10 de agosto, o Siquirj realizou, em sua sede, uma palestra sobre a Reforma Trabalhista – “Conheça o que muda para as empresas”, tendo como palestrante o advogado Waldir Nilo Passos, sócio do Escritório Waldir Passos Advogados Associados e Consultor Jurídico deste Sindicato. O evento teve como objetivo abordar as mudanças sob o ponto de vista empresarial, em um tom de conversa entre palestrante e os presentes, que puderam expor e tirar inúmeras dúvidas acerca do tema em questão.

A economia reage apesar da sinalização errática do congresso. A recessão começa a ceder, a taxa de desemprego dá sinais de queda, a bolsa e o dólar não mostram, até o momento, oscilações preocupantes.

O Presidente do Siquirj, Isaac Plachta, iniciou o evento fazendo uma apresentação do currículo do palestrante, ressaltando a importância do tema que seria debatido, pelo interesse de todas as empresas em ouvir como as alterações afetarão o cotidiano.

Ainda, nos últimos meses, a produção industrial e as vendas do comércio no varejo também tiveram desempenho positivo, uma performance bem tímida, mas que sinaliza uma reversão na tendência de se aprofundar a recessão.

O palestrante começou sua explanação com uma visão de como funciona o Direito Brasileiro, que este pertence a família do *Civil Law*, que tem como principal fonte do Direito as leis. Destacou que o *Common Law*, usado nos Estados Unidos, é baseado na jurisprudência.

Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), nos últimos meses foram gerados 21,4 mil postos de trabalho na série ajustada pela sazonalidade. A perspectiva de queda da inflação e, por consequência da taxa de juros são fundamentos decisivos para alimentar a tendência de recuperação econômica; alguns analistas estimam que o PIB de 2017 deverá permanecer no nível em que está, não é grande coisa, mas é melhor que apresentar mais retração da nossa economia.

Diante desses comentários iniciais, Waldir Nilo Passos passou a comentar especificamente cada alteração da reforma trabalhista, atendo-se a alguns tópicos, que passam a ser discriminados a seguir.

Com relação ao que trata sobre Grupo Econômico, que antes da reforma bastava que as empresas tivessem sócios em comum ou que tivessem interesse em comum, ressaltou que após a reforma será necessário que se prove a efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta das empresas.

O que pode atrapalhar vem do Governo, do Executivo também, mas principalmente do Congresso, as incertezas sobre as reformas política, da previdência e outras mais podem conter ou enfraquecer o fluxo de entrada de capital externo no País. Mas, atenção, não está ocorrendo a saída do investidor estrangeiro.

Quanto a permanência do empregado na empresa para atender interesse pessoal, atualmente essa permanência configura que o empregado está à disposição do empregador, mas a partir de novembro, quando entrará em vigor a lei da reforma trabalhista, essa questão sofrerá alteração significativa, pois a permanência do empregado na empresa após seu horário de trabalho, sem estar trabalhando, não será mais considerado à disposição.

Destacou que, atualmente, como fonte subsidiária aplica-se a legislação civil, naquilo que não seja incompatível com os princípios do direito do trabalho e que a reforma trabalhista privilegia o que as partes negociarem. Comentou, também, que a edição de súmulas, orientação jurisprudencial e enunciados, a partir da reforma, estará tudo limitado, não existindo a possibilidade de suprimir e nem de criar direitos que não estejam previstos na legislação. Frisou a intenção clara de dar segurança jurídica às relações do trabalho, privilegiando o que for conveniado individualmente ou com o sindicato.

Mencionou a responsabilidade do sócio que se retira de uma empresa, que, após a reforma entrar em vigor, o sócio que tenha saído formalmente da sociedade há dois anos, e que tenha registrado na Junta Comercial, não responderá mais pela empresa; exceto se houver comprovação de fraude, sendo que a execução primeiro será em relação à empresa, depois contra os sócios atuais e, por fim, contra os sócios que saíram, caso não se consiga executar a empresa.

No que se refere a prescrição de prestações sucessivas oriundas de modificação ou descumprimento do ajustado, destacou que essas alterações passarão a prescrever totalmente após dois anos, o que resolverá uma série de conflitos e inseguranças jurídicas.

Após a explanação de Waldir Nilo Passos, os presentes fizeram mais perguntas, as quais foram prontamente respondidas, tendo o palestrante se colocado à disposição para outros eventos e/ou reuniões.

O Presidente do Siquirj agradeceu a presença de todos e, em especial, a do advogado Waldir Nilo Passos pela excelente apresentação de alguns itens alterados pela Reforma Trabalhista, e informou que o Siquirj dará continuidade na discussão em outros eventos, inclusive no âmbito da Comissão de Política Social e Trabalhista deste Sindicato. ■

Vamos ser otimistas, com o desemprego em queda, os juros caindo e a enorme capacidade ociosa das empresas, será relativamente simples retomar a oferta de produtos e serviços, sem impactos nos preços, tudo em prol da melhora da atividade econômica. Espero, em breve, dar boas notícias sobre a situação do estado do Rio de Janeiro. ■

## Após OMC, CNI vai apresentar propostas para política industrial

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai apresentar ao governo um conjunto de propostas para a política industrial após a decisão final da Organização Mundial do Comércio (OMC), que considerou sete programas da política industrial brasileira inconsistentes com as regras internacionais. Os programas foram questionados pela União Europeia e pelo Japão. No entanto, a decisão ainda é preliminar e pode ser reavaliada pelo órgão de apelação da organização.

O diretor de desenvolvimento industrial da CNI, Carlos Abijaodi, disse que a entidade vai avaliar as recomendações contidas no relatório do painel. Os setores automotivo, eletroeletrônico, siderúrgico, papel e celulose, mineração e sucroalcooleiro estão entre os principais afetados.

No momento, a CNI discute com os setores afetados e o governo propostas de novas medidas de política industrial que sejam eficazes para o desenvolvimento da indústria, respeitem as regras da OMC e ofereçam segurança jurídica aos investidores.

Para Abijaodi, parte dos programas condenados pelo painel da OMC foi criada para corrigir distorções decorrentes do próprio sistema tributário brasileiro. "Se a decisão final da OMC confirmar a condenação dos programas brasileiros, a melhor forma de corrigirmos essa situação é realizando uma reforma tributária que amplie a competitividade da indústria", afirmou.

Na avaliação dele, é fundamental adotar políticas industriais que sejam estáveis. "As empresas brasileiras e as estrangeiras que investem no Brasil precisam de instrumentos que tenham impacto real no desenvolvimento produtivo e estejam de acordo com as normas internacionais. A última coisa que o empresário precisa é de medidas pouco eficazes ou que podem ser questionadas no futuro".

O governo brasileiro informou que pretende recorrer ao órgão de apelação da OMC contra o resultado do painel condenando sete programas de política industrial, incluindo a Lei de Informática e o Inovar-Auto. O prazo para encaminhar o recurso é de 60 dias.

"A nossa tendência é apelar", disse o embaixador Carlos Márcio Cozendey, subsecretário-geral de assuntos econômicos e financeiros do Itamaraty, em entrevista para comentar os resultados. Ele preferiu não falar sobre os argumentos que devem ser adotados porque considera que isso facilitaria o trabalho da União Europeia e do Japão, responsáveis pelo acionamento da OMC contra o Brasil. "Não vou entrar em detalhes sobre o conteúdo da nossa apelação por razões óbvias e estratégicas".

Questionado se seria possível ter um resultado definitivo antes das eleições presidenciais de 2018, ele evitou fazer exercícios sobre o cronograma, mas negou que o objetivo seja apenas ganhar tempo na OMC. "Haverá questionamentos substantivos a respeito das conclusões do painel".

Mesmo assim, o embaixador admitiu que nem todos os pontos do relatório divulgado publicamente hoje serão contestados pelo Brasil. "Há dispositivos que reforçam jurisprudência já razoavelmente assentada".

Cozendey explicou que, caso o Brasil seja condenado em definitivo, a OMC estipularia um prazo para implementação de medidas corretivas dos programas condenados. Se UE e Japão considerarem essas medidas insuficientes, têm direito a pedir a abertura de novo processo na organização que pode redundar em retaliações, como o aumento de tarifas contra produtos brasileiros nos mercados europeus e japoneses.

Apesar da amplitude da condenação, quando perguntando se essa seria a maior derrota do Brasil na história da entidade, o embaixador limitou-se a dizer que foi "quase a única" e ressaltou: "Em geral, a legislação brasileira é compatível com as regras da OMC". ■

Fonte: Valor

## Estado do Rio bateu recorde de volume de exportações no primeiro semestre

No primeiro semestre de 2017, o estado do Rio aumentou em 56% suas vendas externas, registrando saldo comercial positivo, diante de US\$ 11 bilhões em exportações e US\$ 5,6 bilhões em importações. O superávit ocorreu pelo aumento de 138% na receita das vendas de produtos básicos, sobretudo por conta da indústria de petróleo, que atingiram maior valor desde 2012.

"Com relação às vendas de industrializados, apesar do recuo total de 12% devido à exportação de plataformas ter diminuído no 1º semestre deste ano, a maioria das indústrias teve incremento, levando aos avanços tanto em preço (44%) quanto em volume (8%) das exportações do Rio", explicou Thiago Pacheco, assistente de Comércio Exterior da Firjan.

Em termos de parceiros comerciais, o Rio aumentou suas vendas de petróleo para China (158%), EUA (126%) e Índia (123%). Em relação aos produtos exceto petróleo, as exportações cresceram para os países latino-americanos da Aladi, como Chile, Colômbia e para o Mercosul, sobretudo pelo avanço nas vendas do setor automotivo.

Desse modo, Pacheco sinaliza que a Aladi se tornou o maior bloco parceiro de exportações exceto petróleo no semestre, pois foi destino de US\$ 1,1 bilhão das vendas externas fluminenses.

As importações apresentaram recuo de 10% no comparativo semestral e atingiram o menor patamar registrado desde 2009. As indústrias que registraram maior recuo de importações foram as de Outros Equipamentos de Transporte (60%), Máquinas e Equipamentos (39%) e Produtos Químicos (16%). Contudo, as compras de combustíveis cresceram 78%. ■

Fonte: Sistema Firjan

## Próximos eventos no Siquirj

### • Atual Cenário Econômico e Projeção para 2017

**Palestrante:** Economista Guilherme Mercês, Gerente de Estudos Econômicos do Sistema Firjan

**Data:** Dia 14 às 16h

**Objetivo:** Subsidiar a construção de budgets para as empresas, com as informações mais recentes do panorama econômico.

### • Curso: Gerenciamento de Crises

**Instrutor:** Clayton Schutlz

**Data:** Dia 20 às 8h30

**Objetivo:** Discussão e enriquecimento técnico sobre o conteúdo básico de um Plano para Gerenciamento de Crises.

### • A modernização trabalhista e suas principais alterações.

**Palestrante:** Dr. João Pedro Eyller Póvoa, do escritório Bichara Advogados.

**Data:** Dia 21 às 14h30

**Objetivo:** Continuidade da apreciação da Lei da Reforma Trabalhista.

Todos os eventos devem ter sua presença confirmada, sendo que para o curso, a inscrição deve ser feita pelo site da Abiquim. Informamos que em nosso site continuam abertas vagas para o curso de Qualificação Setorial do Senai de **Comprador**. ■

## Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

### Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
e-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

## Diretoria - 2016/2020

### Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)  
Marjorie Arias (Vice-presidente)  
Nicolau Pires Lages (Secretário)  
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

### Suplentes

Ciro Alves

### Conselho Fiscal

### Efetivos

Carlos Roberto da Silva  
Nélio Augusto Manhães Rodrigues

### Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia  
Antonio Emilio Simões Meireles  
Ronaldo Valle Monteiro

### Delegados Representantes junto à FIRJAN

### Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Carlos Mariani Bittencourt

### Suplentes

Isaac Plachta